

O FUTURO É FEMININO? RETRATOS DA LUTA POR IGUALDADE NO CANAL GNT¹

IS THE FUTURE FEMALE? PICTURES OF THE STRUGGLE FOR EQUALITY ON GNT CHANNEL

Tess Chamusca²

Resumo: O trabalho discute quais expectativas a série documental #ofuturoéfeminino (2019), do GNT, projeta como desejáveis ao abordar a luta pela igualdade de gênero no Brasil, no Paquistão e na Islândia. Problematiza ainda quais valores despontam como centrais para as mulheres em articulação com a identidade que o canal vem construindo para si desde que escolheu se voltar para esse público. Para tal, o artigo se baseia na técnica de análise de conteúdo e na compreensão de futuro como fato cultural proposta por Arjun Appadurai. Conclui-se que a série limita a configuração de futuros devido a uma articulação pouco expressiva entre as relações de gênero e demais categorias de opressão.

Palavras-chave: GNT; Televisão; Feminismo; Futuro.

Abstract: This paper aims at discussing which expectations the GNT documentary series #ofuturoéfeminino (2019) projects as desirable when addressing the fight for gender equality in Brazil, Pakistan, and Iceland. It also problematizes which values emerge as central to women, in conjunction with the identity that the channel has built for itself since it decided to focus on this audience. The work starts from Arjun Appadurai's understanding of the future as a cultural fact and adopts content analysis. In conclusion, it was found that the series limits the configuration of futures due to a weak articulation between gender relations and other categories of oppression.

Keywords: GNT; Television; Feminism; Future.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Trabalho desenvolvido com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

2 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas - Universidade Federal da Bahia; Pesquisadora associada ao Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade – Fundação João Pinheiro; E-mail: tesschamusca@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6469-8132>.

Introdução

A popularização de pautas feministas em produções midiáticas possibilita que o debate vá além dos movimentos sociais e das universidades. Por outro lado, através de um deslocamento para a esfera individual de demandas que são eminentemente coletivas, ocorre o risco de esvaziamento político. Essas reflexões estão postas em pesquisas desenvolvidas na interface entre comunicação e gênero e são sintetizadas na questão proposta por Rayza Sarmento (2022, p. 168): “Entre ‘rasa demais’ e ‘espaço importante’, a visibilidade midiática do feminismo expõe um questionamento prático e teórico: quais os limites da massificação das pautas de um movimento histórico, diverso, plural?”. A tentativa de responder a tal questionamento envolve reconhecer os tensionamentos próprios aos movimentos feministas e como eles se mostram nas produções midiáticas.

María Lugones (2020), pensadora filiada ao feminismo decolonial, discute como, ao pressupor que somente a sujeição de gênero já forjaria um vínculo entre as mulheres, os feminismos de caráter hegemônico desenvolvidos nos anos 1970 em diante se restringiram à opressão experimentada pelas mulheres burguesas e brancas sem explicitar essa classificação racial. Demonstrar que “as iniquidades de gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas” (Akotirene, 2018, p. 23) também é uma preocupação do feminismo interseccional, corrente desenvolvida por teóricas do feminismo negro. Patricia Hill Colins (2017) explica que a proposição é baseada na compreensão da raça, gênero, classe e sexualidade como construções mútuas de um sistema de poder. O que significa que, sem conectar os sistemas de opressão, corremos o risco de promover análises parciais.

Ao propor um olhar interseccional para os estudos de comunicação, Fernanda Carrera (2021) ressalta que, embora, muitas vezes, as produções sejam relegadas a uma suposta futilidade que se atribui às atividades recreativas, quem pesquisa deve ter em conta que nelas estão presentes as estruturas simbólicas que subjugam indivíduos marginalizados e perpetuam suas impossibilidades sociais. Daí a necessidade de “identificar as marcas, os rastros destas avenidas de opressão que se revelam nas interações cotidianas, na comunicação midiática e nas representações discursivas” (Carrera, 2021, p. 9). Dentro desse universo, este artigo pretende discutir quais horizontes são projetados quando expressões como “O futuro é feminino”, “Dias mulheres virão” e “Luto pela minha filha que ainda não existe” tornam-se recorrentes não somente em hashtags e cartazes nas marchas, mas também em produtos comunicacionais.

Tendo em conta que o canal pago GNT é um agente midiático de destaque no cenário televisivo brasileiro no que diz respeito à popularização de pautas feministas, este artigo discute quais expectativas a série documental #ofuturoéfeminino (GNT, 2019) projeta como desejáveis ao propor um olhar para as mulheres a partir das lentes do futuro. Também problematiza quais valores despontam na produção como centrais para as mulheres, compreendendo como eles se articulam com a identidade que o canal vem construindo para si desde que escolheu se voltar para esse público.

A série documental #ofuturoéfeminino tem cinco episódios, que foram transmitidos entre os meses de março e abril de 2019 no GNT. É uma parceria entre o canal e a produtora Fluxa Filmes, conduzida pelas jornalistas Bárbara Bárcia, Cláudia Alves e Fernanda Prestes. Na plataforma de streaming Canais Globo, a produção é descrita da seguinte maneira: “A série documental *O Futuro É Feminino* explora o melhor e o pior país para uma mulher viver e traça paralelos com a realidade das mulheres brasileiras” (#ofuturoéfeminino, 2019).

Tomando como critério de escolha o ranking de igualdade de gênero publicado pelo Fórum Econômico Mundial que avaliou 149 países, a série conta com dois episódios sobre a Islândia (1º), dois sobre o Paquistão (148º) e um sobre o Brasil (95º). Na ocasião, uma guerra civil impossibilitou a gravação no Iêmen, o último colocado do ranking. Diante disso, elas optaram por apresentar o penúltimo (Paquistão). Como as próprias realizadoras dizem no início do primeiro episódio, a série é movida pelo desejo de “[...] conhecer e mostrar histórias, movimentos e outras mulheres que lutam para diminuir a desigualdade de gênero no mundo” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019).

A série integra um movimento de renovação dos feminismos caracterizado pela atuação nas redes digitais, no qual há “a possibilidade de criação e circulação de opiniões e produtos em diferentes meios, tangenciando os que são considerados tradicionais e até os pautando por meio de campanhas on-line [...]” (Sarmento, 2022, p. 170). O título da produção é uma hashtag e outras são convocadas no decorrer dos episódios, “a arroba” das apresentadoras aparece junto com seus nomes quando elas são identificadas na tela, elas conseguem fontes “stalkeando no Instagram e trocando curtidas” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019).

O artigo, que articula reflexões sobre a série documental e o canal GNT, é alicerçado no argumento de que nossa capacidade de imaginar é coletiva e mediada, entre outros elementos culturais e sociais, por agentes midiáticos. Nesse sentido, refletindo especificamente sobre as mídias informativas, Bruno

Leal constata que elas “[...] não se dedicam apenas a reportar o que acontece ou o acontecido, mas que também atuam, no presente, para configurar um futuro potencial, a ser evitado, confirmado, aceito, recusado, etc.” (Leal, 2018, p. 2). Esse debate é convocado aqui a partir da compreensão de futuro como fato cultural e das contribuições de Arjun Appadurai (2013), Bruno Leal (2018, 2020) e Itania Gomes (2019).

Com base nas concepções de futuro adotadas, a análise é norteada pelas seguintes perguntas: o que as mulheres de cada país podem aspirar? E o que devem aspirar, de acordo com a série? Em quais momentos o futuro é posicionado como um âmbito de incerteza, de ameaça e de promessa? Prevalece a ideia de um futuro único a ser previsto, calculado e desejado ou os horizontes de esperança são ampliados?

Este artigo é parte de uma pesquisa de pós-doutorado que é um desdobramento de uma pesquisa de doutorado sobre a construção da identidade do canal GNT a partir do modo como ele se apropria de valores de gênero (Chamusca, 2023). Portanto, o estudo da série traz em causa de que maneira ela se articula com a emissora em que é veiculada ao usar como categorias de análise os valores que a citada pesquisa identificou como centrais para a identidade do GNT.

Assim, usando a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), por meio da exploração do corpus focada nas palavras que as jornalistas usam para apresentar aquelas realidades, nas perguntas que escolhem fazer e nas respostas das entrevistadas, são identificados e interpretados os temas associados na série à busca por um futuro melhor (a prática feminista e a educação) e como eles são atravessados por outros temas (família, carreira, urbanidade, cosmopolitismo e diversidade).

1 Futuro como um fato cultural

O futuro é um campo de disputa. Para compreendermos tal afirmação, explica Bruno Leal (2020), é preciso que interpretemos o futuro como uma experiência cultural. O que significa entender que ele está presente na vida cotidiana em forma de expectativa a respeito do que está por vir. Uma expectativa vivenciada de modo coletivo nas mais diversas sociedades que, por isso mesmo, pode assumir várias formas, nem sempre alvíssareiras.

Ao abordar o futuro como um fato cultural, o antropólogo indiano Arjun Appadurai (2013) traz contribuições importantes para esse debate. Ele comprehende o futuro como resultado da interação entre três práticas humanas que são culturais: imaginação, aspiração e antecipação. Tais

atividades não se dão somente em ocasiões especiais, em momentos de exceção e emergência. São ações cotidianas que fazem com que o futuro seja impregnado de sensações, afetos, práticas e pensamentos.

Considerando a produção da localidade um projeto incompleto em qualquer sociedade, o autor enfatiza como ela é construída não somente por meio de hábitos e costumes, mas também através do trabalho da imaginação. Nesse sentido, os arquivos pessoais de memória não servem apenas para a afirmação do passado de agrupamentos humanos. Eles fornecem mapas para que futuros sejam imaginados e negociados. “Esse imaginar certamente não se dá no vazio, não é absolutamente livre, e sim feito com os materiais que nos fornecem tradições, memórias, repertórios, valores, afetos” (Leal, 2020, p. 109).

Sistemas de valores, normas e histórias específicas também conduzem a nossa capacidade de aspirar, ainda que ela seja reconhecida como algo universal. Appadurai dá o exemplo de como a concepção de viver bem — que tem a ver com o que as pessoas esperam alcançar — pode ser diferente em cada sociedade. A capacidade de aspirar é distribuída de maneira desigual. Para aqueles que vivem em condição de pobreza e sofrimento, o futuro se apresenta de modo limitado, como uma dúvida, pesadelo ou até mesmo como um luxo.

Assim, Appadurai entende que a capacidade de aspirar é uma espécie de contrapartida política do trabalho da imaginação. Ela contribui para a construção de um caminho para a mudança no estado das coisas, fazendo com que a cultura seja vista não só como espaço de reprodução, mas como lugar em que são delineadas práticas para alcançar o bem viver. Por mais distintas que sejam as realidades, o autor entende que é difícil vislumbrar uma sociedade completamente satisfeita com o estado das coisas, que dispensa uma política de esperança.

Por meio da antecipação, vislumbramos a construção de futuros desejáveis a partir de ações no presente que, tendo em conta o arquivo de memórias, preveem os riscos e lidam com o medo, não de modo a nos paralisarmos e sim de modo a enfrentá-los, o que implica antecipar o cenário do caos e lutar para que ele não se concretize, transformando, assim, o estado das coisas.

A dimensão de disputa envolvida na construção de futuros, que se expressa, por exemplo, no fato de que nem todos vivem em condições que possibilitem o exercício da capacidade de aspirar, é debatida por Appadurai a partir de um confronto entre uma ética da probabilidade e uma ética da possibilidade, entre a imposição de um projeto de futuro que se deseja universal, típico da modernidade, e a abertura para variadas aspirações.

Appadurai explica que a ética da probabilidade é constituída por modos de pensar, sentir e agir vinculados a regimes modernos de diagnóstico e contabilidade, guiados por números. Vinculada com a “expansão colonialista, a emergência do capitalismo como regime econômico predominante (em suas várias versões, incluindo a globalização), os ideais democráticos, os Estados nacionais, entre várias outras” (Leal, 2020, p. 102), a modernidade está sustentada em valores como a razão e o progresso e é voltada ao avanço e expansão incessantes. Bruno Leal (2020) enfatiza os custos de levar adiante um ideal de modernidade que marcou a nossa história com exploração de riquezas, povos colonizados, massacres e guerras, fazendo com que poucos alcançassem esse horizonte prometido.

Nesse sentido, entendendo que nós ainda estamos imersos na colonialidade, a reprodução de dinâmicas do sistema colonial que também é vivida linguisticamente, Lugones (2019) enfatiza que chamar outras formas de organização do social de pré-modernas é roubar sua validade e contemporaneidade. Daí a importância do uso da expressão não moderna, um modo de resistir à “tentativa da modernidade de controlar, pela negação, o desafio da existência de outros mundos com princípios ontológicos diferentes” (Lugones, 2019, p. 366).

Appadurai discute como na atualidade a ética da probabilidade está relacionada a um capitalismo que lucra com desastres. Em um sistema econômico que tende a criar um fluxo estável de catástrofes, são desenvolvidos mecanismos de cálculo de risco que favorecem, sobretudo, a indústria de seguros, possibilitando que ela produza lucros e minimize perdas. Portanto, critica o autor, a partir de uma mistura de pensamento probabilístico, jogos de azar, modelagem científica, precificação e avaliação de risco, ganha corpo uma abordagem cruel para um mundo de desastres.

Em resposta, o autor reivindica o que ele chama de ética da possibilidade, “modos de pensar, sentir e agir que ampliam o horizonte de esperança, que expandem o campo da imaginação, que produzem maior equidade no que chamo de capacidade de aspirar, e que ampliam o campo da cidadania informada, criativa e crítica” (Appadurai, 2013, p. 295, tradução nossa). Essa ética acomoda uma pluralidade de visões de bem viver e por meio dela pessoas subalternizadas podem mudar os termos do seu reconhecimento e projetar futuros politicamente viáveis.

Em diálogo com as proposições do autor, Itania Gomes (2019) argumenta que considerar o futuro em sua dimensão cultural a partir de uma ética da possibilidade é compreendê-lo como potência de transformação. Portanto, o futuro reinventado como tempo do possível “[...] modifica as

próprias possibilidades de interpelação do passado e do presente na cultura, que se abrem para além da sua determinação em meio aos modos de vida historicamente situados” (Gomes, 2019, p. 20).

2 O futuro é feminista

O GNT é criado em 1991 pela Globosat para ser o canal de jornalismo da programadora nacional. A princípio com boa parte de sua grade preenchida com conteúdo de emissoras estrangeiras, ele buscou se afirmar pela inserção da audiência “naquele ambiente que mais tarde chamaríamos de ‘globalizado’” (Globo [...], 2013a), como explicou a então diretora, Letícia Muhana. Com a meta de criar uma emissora de produção jornalística sendo efetivamente alcançada através da criação da GloboNews em 1996, o GNT modifica a sua programação.

O canal passou a investir mais na coprodução de documentários, no debate e aprofundamento dos fatos e também em programas como *Alternativa Saúde* (1996), *Diário do Olivier* (1999) e *Superbonita* (2000). Se os primeiros trouxeram prestígio para a emissora, uma crise econômica no início dos anos 2000 fez com que ela apostasse nos últimos, voltando sua atenção a um público que até então não tinha um canal para chamar de seu na TV paga brasileira: as mulheres. Assim, em 2003, o GNT se tornou o primeiro canal fechado dedicado a um “universo feminino” no Brasil.

Ao longo dessa trajetória em que as feminilidades adquiriram centralidade na programação do canal, alguns valores ganharam destaque e contribuíram para conformar a identidade do GNT e dos públicos que ele desejava alcançar: cosmopolitismo, atualidade, urbanidade, relação com a audiência pautada na presença de celebridades, trabalho, independência financeira, beleza, família/ maternidade e, mais recentemente, diversidade e engajamento em uma causa feminista (Chamusca, 2023).

A família tem se mostrado um valor caro para o GNT, que sempre colocou como desejável para seu público uma inserção em um arranjo familiar, ainda que problematizando os modelos de conjugalidade e parentalidade. Na série *#ofuturoéfeminino*, esse aspecto é pouco abordado. No contexto das áreas apresentadas como as mais conservadoras do Paquistão (Peshawar e Vale do Swat), a família surge como um espaço de ameaça à sobrevivência das mulheres, uma vez que as agressões partem dos próprios familiares.

Quando conhecemos Betty, uma fazendeira islandesa que mora sozinha em um lugar distante, seu filho é entrevistado e demonstra apoiar as escolhas da mãe. A primeira-ministra do país, Katrín Jakobsdóttir, é a que mais discute

a questão familiar na série. Para ela, ser mulher na Islândia significa que “Você não precisa escolher entre ser mãe e ter uma carreira” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019). E os aspectos que ela considera um avanço na vida das mulheres islandesas estão relacionados à maternidade: investimento nas creches para as mulheres poderem voltar ao mercado de trabalho e licenças paternidade e maternidade.

Ainda que de maneira não declarada, ter uma carreira é uma dimensão importante da vida da maioria das entrevistadas na série, assim como no GNT. São ofícios que estão contribuindo de alguma forma para a causa feminina, pois o ativismo é uma característica igualmente importante na série. Logo no início, há uma afirmação de Betty enquanto mulher islandesa que consegue viver em um território distante acompanhada de 200 ovelhas que são a sua fonte de renda. Ou seja, ela está num lugar inóspito para provar que pode ser uma fazendeira. Ao longo da série, conhecemos mulheres que atuam em distintas áreas: política, educação, futebol, movimento sindical, promotoria de justiça, cinema, turismo, pesquisa.

Nesse sentido, há uma ambiguidade que também está presente no GNT quando o assunto é ser feminista, por abordar a adesão ao movimento ora do ponto de vista individual ora como um projeto coletivo. Ao analisar o fenômeno da popularização dos feminismos, tomando como objeto empírico a revista *Capricho*, Rayza Sarmento (2022) discute como, no primeiro caso, há uma caracterização do ser feminista como um padrão de vida em que, a partir de noções como escolha e liberdade, são descritos comportamentos voltados ao corpo, relacionamentos e trabalho. Assim, “as feministas escolhem, conquistam, decidem e constroem individualmente seu lugar no mundo” (Sarmento, 2022, p. 179). Portanto, perde-se de vista o feminismo como um movimento político pautado na coletividade.

Por um lado, na série #ofuturoéfeminino, há uma supervvalorização da independência. Betty é uma fazendeira idosa que vive sozinha “em um dos lugares mais extremos da Islândia” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019), a 500 quilômetros da capital. As apresentadoras falam que fizeram “Uma viagem longa para conhecer a essência do feminismo: uma mulher independente” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019) que tem que fazer tudo em condições extremas. Ainda que no final da entrevista elas ressaltem que Betty mostrou na prática que homens e mulheres têm a mesma capacidade, elas dão muito mais destaque à independência, à sua vida solitária num lugar inóspito.

Por outro lado, há uma defesa da solidariedade entre mulheres como algo que salva vidas. No primeiro episódio sobre o Paquistão, conhecemos a

iniciativa de mulheres que organizaram um abrigo para vítimas de violência e Tabassum Adnan, ativista que montou uma jírga, conselho local que atua na mediação de conflitos, exclusiva para o atendimento a mulheres. Aliado a isso, a maioria das entrevistadas nos três países está presente na série pela atuação em prol das mulheres a partir de variadas iniciativas e não estritamente por conta de uma história de sucesso individual. Assim, ainda que ao final do primeiro episódio, Bárbara diga que “Feminismo vai muito além de política e ativismo. Ele passa pelas escolhas pessoais de cada uma” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019), uma perspectiva coletiva predomina na série.

Desde a sua estreia, O GNT quer se comunicar com pessoas urbanas, atentas ao noticiário, que viajam e sabem o que acontece no mundo. A aproximação com o público feminino não fez com que o canal perdesse esses valores de vista. Pelo contrário, eles foram posicionados como elementos de distinção em relação ao que a TV brasileira oferecia para as mulheres até então. Portanto, no canal, a figura de uma “mulher moderna” era associada à urbanidade, à vida e ao dinamismo das grandes cidades. Modernização também foi o termo atribuído às mudanças que ocorreram na teledramaturgia da TV Globo, corporação da qual o GNT faz parte, nos anos 1970 e 1980. Do ponto de vista temático, o que foi caracterizado como nacionalização, em contraste com as narrativas criadas pela cubana Glória Magadan, era, sobretudo, a abordagem de uma realidade brasileira específica: o cotidiano de capitais brasileiras, em destaque o Rio de Janeiro (Ribeiro; Sacramento, 2010).

Dentro desse contexto, como explica Heloísa Buarque de Almeida (2012), *Malu Mulher* (1979), seriado tido como um marco da mudança na construção de gênero na teledramaturgia da TV Globo, queria se comunicar com um perfil específico: mulheres escolarizadas de classe média urbana. Protagonizado por uma socióloga que pede a separação, o seriado dialogava com correntes feministas focadas na vida privada, discutindo sexualidade, autonomia e independência da mulher, “uma pauta típica do movimento de classe média, para o qual o trabalho feminino pode ser visto como realização pessoal e autonomia financeira, o que nem sempre acontece com as mulheres de camadas populares, para as quais o trabalho fora de casa pode ser condição e não escolha” (Almeida, 2012, p. 127).

É exatamente esse perfil da mulher urbana de classe média que investe em uma carreira e ocupa o espaço público que o GNT recupera quando opta por se comunicar com o público feminino. Ao incorporar formas expressivas que materializaram esses valores ao longo da trajetória do canal, juntamente com os programas de debate: o jornalismo e o documentário,

a série #ofuturoéfeminino está afinada com a identidade do GNT, uma vez que é criada por e para mulheres bem-informadas. Além de ser uma série documental, é produzida por profissionais que fazem questão de enfatizar o seu vínculo com o jornalismo: “sempre tivemos essa atitude inquieta e questionadora de toda jornalista” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019).

O apreço pela urbanidade também se faz presente na série #ofuturoéfeminino. Há um contraste entre a capital Islamabad e o restante do Paquistão (Peshawar e Vale do Swat). Quando estão a caminho de Islamabad, elas falam: “a região era muito diferente do que a gente tinha visto até então. Uma cidade planejada e bem menos caótica” (#ofuturoéfeminino, Ep. 3, 20 de março de 2019). Na Islândia, ocorre o mesmo entre a capital Reykjavik e a região onde Betty mora. As jornalistas demonstram o estranhamento ao afirmarem que “para três cariocas, chegar numa cidade de 150 habitantes é no mínimo impactante”, além de se sentirem “muito menina da cidade” ao conhecerem a rotina da fazendeira. Assim, ao dizer que “nunca poderia morar na cidade. Me sinto espremida com tanta gente” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019), Betty é uma voz minoritária na série.

Assim como acontece em programas como *Saia Justa* e *Papo de Segunda*, ao abordar a luta pela igualdade de gênero, a produção aproxima a realidade brasileira do que acontece no mundo, mais especificamente na Islândia e no Paquistão. Ou seja, ambos, canal e programa, partilham o cosmopolitismo como valor. O episódio sobre o Brasil é conduzido a partir da Marcha Mundial de Mulheres na Avenida Paulista, com Bárbara enfatizando: “É legal dizer que esse movimento está acontecendo no mundo todo, inclusive nos países que a gente visitou” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019). O que guia a série é um ranking do Fórum Econômico Mundial. É um programa conduzido por três jornalistas que dominam a língua inglesa, estão familiarizadas com campanhas feministas mundialmente conhecidas como *me too*, *speak up* e *free the nipple*³, assim como exaltam ícones internacionais como Angela Davis e Malala Yousafzai.

Porém, ao contrário das outras produções do canal, que conseguem promover debates consistentes a partir de pautas que articulam o Brasil ao mundo, na série documental, a imposição de referências internacionais no episódio sobre o Brasil faz com que a discussão sobre os desafios enfrentados no país seja menos aprofundada. Assim, somos informados que o Encontro

³ *Me too* e *free the nipple* são campanhas propagadas nas redes sociais por meio do uso de hashtags. A primeira é voltada ao enfrentamento do assédio sexual e a segunda questiona os tabus relacionados à exposição dos seios das mulheres. O movimento Speak up foi criado por uma ativista egípcia, Gehad Hamdy, para denunciar casos de violência e dar suporte às vítimas.

Nacional de Mulheres Negras está completando 30 anos e será realizado em Goiás, estado com maior taxa de feminicídio negro no país. Imagens do evento são exibidas enquanto uma voz em off diz que ele está reunindo “grandes nomes dessa luta”, mas ao longo do episódio nenhuma brasileira presente no encontro é nomeada ou entrevistada.

Embora Claudia diga que “de quebra a gente foi conversar com Angela Davis, filósofa, ex-pantera negra e atual ícone mundial do feminismo negro” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019), fica claro que a equipe está lá para conversar com Davis. Inclusive há uma ênfase na dificuldade e na dúvida se elas conseguiram 15 minutos para falar com ela. Há uma malsucedida tentativa de conciliação com perguntas sobre o Brasil: “Por que as mulheres negras no Brasil ainda precisam lutar contra o racismo, e por igualdade, por mais de 30 anos? Que peculiaridades você vê no feminismo negro no Brasil?” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019). Ainda que conheça o trabalho de feministas negras brasileiras, naquela ocasião, Davis responde as perguntas de maneira genérica. Ao final, presenciamos a emoção de Claudia, única mulher negra das três, ao conversar com uma grande referência para ela.

Algo parecido ocorre com a tentativa de discutir a educação de meninas indígenas. A pauta é norteada por Malala Yousafzai, ativista paquistanesa ganhadora do Prêmio Nobel por lutar pelo direito das mulheres à educação, pois elas escolhem falar de um dos três projetos no Brasil que foram contemplados com o fundo criado pela ativista. A estudante Maikelle Nascimento é entrevistada “por ter tido a honra de conhecer” Malala. Claudia pergunta a ela: “Eu queria saber se você aprendeu com esse encontro, se foi uma referência para você” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019). Ao que Maikelle responde: “Eu me inspirei mais ainda para ter forças para lutar e pensando também no meu pai que sempre lutou pela gente pra ter uma educação melhor” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019).

A maneira como esse cosmopolitismo se impõe também tem implicações no modo como a série documental se articula com outro valor importante para o GNT: a diversidade. A partir de 2017, o GNT manifestou em seus canais institucionais o desejo de se afirmar como espaço da diversidade. Dentro de um conjunto de aspectos que poderiam ser abordados nesse guarda-chuva da diversidade, o GNT escolheu dar destaque à raça. Desde então, ele veio promovendo cada vez mais discussões sobre racismo e negritude pautadas na experiência de seus apresentadores negros.

Se focarmos nossa atenção na diversidade cultural, na série documental, ao falarem sobre três países, elas estão lidando com realidades bem distintas,

mas a luta pela igualdade de gênero é discutida a partir de um feminismo ocidental. Ao argumentar que é preciso enegrecer o feminismo, Sueli Carneiro (2019) discute como, ao ficar prisioneira de uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, a luta feminista foi incapaz de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino. Portanto, sua crítica traz em causa “a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista” para “revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais” (Carneiro, 2019, p. 273).

Na série, é visível uma hierarquia em que a cultura viking islandesa é tida como um exemplo, um país islâmico é visto com estranheza e há em alguma medida uma percepção de indígenas como pessoas exóticas. Na Islândia, elas estão sorridentes a maior parte do tempo e se mostram deslumbradas com a aurora boreal e as “paisagens que garantem foto de dar inveja no Instagram” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019). Por sua vez, no Paquistão, elas reclamam do trânsito, do lixo na rua, do barulho, da roupa que precisam vestir.

As apresentadoras afirmam que vão mergulhar na história da Islândia para entender por que o país está no topo do ranking de igualdade de gênero. No Museu Viking, elas encontram referências ao feminismo, mais especificamente à luta pelo sufrágio, e elogiam o fato de que o movimento é colocado como parte da história do país. “O feminismo é parte integrante da cultura da Islândia. Não é considerado nem um pouco ‘mimimi’ e tá presente em todos os aspectos da vida das mulheres do país” (#ofuturoéfeminino, Ep. 2, 13 de março de 2019). Reforçando o argumento, Vigdís Finnbogadóttir, primeira mulher a presidir o país, atribui a sua candidatura à sua cultura (#ofuturoéfeminino, Ep. 2, 13 de março de 2019).

Se na Islândia elas investigam, no Paquistão elas presumem que as situações de violência contra a mulher estão associadas à religião predominante no país. Assim, as jornalistas afirmam que foi uma surpresa saber que o feminismo está vivo em um país islâmico, falam que a primeira coisa que vem na cabeça é querer saber como a religião influencia a vida das mulheres e perguntam a Afyia Zia, autora do livro *Fé é feminismo no Paquistão*, se as agressões são por causa da religião. Ao que a pesquisadora responde: “Vou deixar uma coisa bem clara. Assassinato não é uma questão religiosa. Não está escrito em lugar nenhum no Islã que você pode abusar de uma mulher, que você pode matar uma mulher sem punição. Todos sabem disso no Paquistão” (#ofuturoéfeminino, Ep. 4, 27 de março de 2019).

As disputas de narrativa em torno do Paquistão também se fazem presentes nos comentários publicados no post de divulgação do primeiro episódio sobre o país disponível no Facebook do GNT. Há depoimentos abertamente preconceituosos e xenofóbicos como “Todo país que tem essa religião de merdaaaa (Islamismo) é assim!!! Tratam mulher como lixo. São piores que pragas, já infestaram até a Europa. #lixo” (GNT, 2021). E uma pessoa que tenta convencer os demais usuários de que é uma “imagem distorcida do país”. Ela diz: “ja estive la 2 vezes nao usai[usei] hijab nem nada fui tratada super bem e quero voltar novamente na cidades maiores com Islamabad lahore a população ja tem outra mentalidade” (GNT, 2021).

As realizadoras da série (e parte dos usuários que comentaram no post) olham para as mulheres do Paquistão a partir do que Marnia Lazreg (2020) chama de paradigma da religião, uma tradição intelectual orientalista e evolucionária que entende o Islã como um sistema arcaico e retrógrado que determina o comportamento dos povos que aderem a ele. Portanto, uma concepção a-histórica. A autora ressalta que não se trata nem de descartar nem de superestimar o papel que o Islã desempenha na vida de mulheres e homens e faz uma provocação: quão intolerável seria se mulheres da Europa e da América do Norte fossem estudadas apenas como mulheres cristãs? Portanto, é preciso levar em conta a religião como um processo, as defasagens que existem entre o dogma e a experiência vivida e outros aspectos que interferem nas relações sociais dentro da especificidade de cada país em que o Islã é praticado.

Aliado a isso, é curioso as realizadoras entenderem que a influência da religião na vida das mulheres é algo distante e atrelado ao islamismo já que, enquanto a série era produzida, já vivíamos aqui no Brasil uma cruzada moral contra a chamada “ideologia de gênero” que reúne religiosos de várias vertentes e grupos laicos e é guiada por demandas como a tentativa de barrar a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos e a suposta proteção das crianças e de um modelo de família (Dias; Machado, 2022). Uma aproximação entre as duas realidades é sugerida em um comentário publicado no post de divulgação do primeiro episódio sobre o Paquistão, postado no Facebook do GNT: “Permaneçam permitindo o contínuo crescimento dessas igrejas neopentecostais fundamentalistas que se infiltram no poder político que não demora muito para o Brasil começar a ser assim...” (GNT, 2021).

Como explica Gersem Luciano (2006), ainda que os povos originários no Brasil tenham se apropriado do termo indígena como uma identidade que articula, visibiliza e fortalece a sua luta, isso não significa que abdicaram da diversidade interna que os constitui. Cada povo/etnia tem seu próprio modo

de organizar as relações sociais, políticas e econômicas, que está relacionado com uma concepção de mundo e de vida expressa em mitos e ritos (Luciano, 2006). Ao apresentar Maikelle Nascimento como “líder do grupo de jovens da tribo dela” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019), a série promove um apagamento dessa diversidade.

Por sua vez, Dénètem Bona (2020) discute como o imaginário colonial das florestas tropicais como terras virgens está associado à imagem dos povos autóctones como vinculados a uma natureza inocente, pura e autêntica e desprovidos de história, uma prerrogativa do colono. Nesse sentido, afirmar “É muito bonito ver a potência da figura feminina em sua essência” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019) enquanto apresenta imagens de jovens indígenas com os rostos pintados colocando adereços no corpo, cantando e caminhando em círculo é em alguma medida reafirmar essa associação colonial e moderna redutora entre povos originários e natureza. Ao invés de levar em conta as especificidades daquela realidade cultural e histórica — como ressalta Bona, constituída por corpos revestidos de sentidos, que incorporam as leis dos grupos, produzindo memórias ou promovendo uma estilização de si —, convoca uma noção homogeneizante de essência.

A partir da compreensão do gênero como categoria ocidental que foi imposta durante a colonização, Lugones (2019) defende que povos que foram colonizados habitam um lócus fraturado da diferença colonial, uma subjetividade em que se articulam e entram em contradição as imposições e as resistências. Diante dessa realidade, ressalta a autora, é preciso ter cuidado ao usar os termos homem e mulher. Na série, falta esse cuidado, que implica abertura para a compreensão de outros modos de vida. O que observamos é uma tentativa apressada de acomodar a entrevistada no vocabulário ocidental do gênero, como demonstra a pergunta feita a Maikelle: “Você vê diferença em como é tratada a educação e o dia a dia dos meninos e das meninas? A gente fala muito de feminismo, né. Essa palavra existe lá dentro? Ela é usada por vocês ou como é que vocês expressam essa igualdade lá dentro?” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019).

Os múltiplos atravessamentos das mulheres praticamente não são levados em conta nos episódios sobre a Islândia e sobre o Paquistão, com exceção do que tornaria distinta a vida da mulher urbana, como já foi discutido. Por sua vez, no episódio sobre o Brasil, ainda que Angela Davis seja convidada por Claudia a falar em Goiás sobre a importância do feminismo negro, o lugar da diferença é a Bahia, descrita como estado com maior população negra no Brasil. É o momento em que o feminismo interseccional é colocado em

pauta na série. Monique Evelle, criadora do projeto Desabafo Social, fala da importância da intersecção entre gênero e raça: “Eu não saio em Salvador hoje, por exemplo, e vou lutar só contra o machismo. Aí amanhã eu penso se eu luto contra o racismo” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019).

Nesse sentido, assim como Patricia Hill Collins (2017) argumenta que a interseccionalidade não é um projeto exclusivamente feminista e nem está restrita às articulações entre raça e gênero, Carla Akotirene (2018) ressalta que o conceito não deve ser utilizado somente para a análise de grupos subalternizados, ou seja, “a interseccionalidade não é narrativa teórica dos excluídos. Os letramentos ancestrais evitam pensarmos em termos como ‘problema negro’, ‘problema da mulher’ e ‘questão das travestis’. Aprendemos com a pensadora Grada Kilomba que as diferenças são sempre relacionais, todas e todos são diferentes uns em relação aos outros” (Akotirene, 2018, p. 45). Trata-se de uma preocupação já abordada por Sandra Azerêdo nos anos 1990, ao observar que “[...] no Brasil, a questão racial tem geralmente ficado a cargo das mulheres pretas, como se apenas estas fossem marcadas pela raça” (Azerêdo, 1994, p. 204).

No que diz respeito às projeções para o futuro, a série parte da seguinte constatação, exposta no início de todos os episódios: “o Fórum Econômico Mundial diz que a gente ainda vai levar mais de cem anos para conseguir direitos iguais entre homens e mulheres. Com base nos pilares saúde, economia, política e educação, o órgão lista todo ano os países do melhor ao pior lugar para uma mulher viver” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1 a 5, 6, 13, 20 e 27 de março, 3 de abril de 2019). A princípio, trata-se de uma lógica de futuro relacionada ao diagnóstico e à probabilidade. Com base em estatísticas, há uma previsão de quando teríamos no mundo mulheres e homens partilhando os mesmos direitos. Além disso, o ranking acena para a possibilidade da construção de uma linha evolutiva, de um caminho a ser percorrido pelos países até chegar a um ponto que todos eles deveriam almejar.

Ao longo da série, por meio do debate sobre a violência, elemento que não é levado em conta pelo Fórum, a ideia de um caminho calculável rumo à igualdade de gênero, em que a Islândia (1º lugar no ranking) sairia na frente e o Brasil (95º) e o Paquistão (148º) estariam em desvantagem, é colocada em questão. Assim, no quarto episódio, Claudia avalia que “era interessante estar no Paquistão, do outro lado do mundo, e perceber tantas coisas em comum com o Brasil, como em certa medida a simples vontade de ocupar espaços públicos sem ser questionada ou assediada” (#ofuturoéfeminino, Ep. 4, 27 de março de 2019). E no último episódio, Fernanda diz: “A gente viu que a violência doméstica ainda é um tabu em todos os lugares que a gente visitou.

Desde o Paquistão até a Islândia, onde a primeira-ministra falou pra gente que esse é um problema que precisa ser resolvido por lá” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019).

Como discute Appadurai (2013), a capacidade de aspirar é distribuída de modo desigual. Nesse sentido, o que as mulheres de cada país podem aspirar? E o que devem aspirar, de acordo com a série? Na Islândia, as mulheres desejam o fim do assédio. A série reforça a importância da reivindicação ao mostrar uma cena em que elas gravam na beira de uma estrada e um motorista de caminhão passa buzinando. Bárbara fala: “Mesmo na Islândia, tem assédio na rua. O cara buzinou rindo, fazendo gracinha” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019). Como explica a primeira-ministra, Katrín Jakobsdóttir, a violência doméstica ainda é envolta em tabus. Mesmo que haja uma lei de pagamentos iguais, a diferença salarial entre homens e mulheres persiste no país e é uma demanda ressaltada pela maioria das entrevistadas (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019).

No Paquistão, as mulheres “são vítimas de ataque de ácido, assédio, casamento infantil, além de terem acesso restrito a direitos básicos como divórcio e liberdade de expressão” (#ofuturoéfeminino, Ep. 3, 20 de março de 2019). Em Peshawar e no Vale do Swat, somos apresentados a mulheres que até então lidavam com o futuro como algo incerto e até mesmo ameaçador. Trata-se do momento da série em que a aliança entre mulheres se mostra como um recurso fundamental para que o futuro seja entendido enquanto potência de transformação. São entrevistadas duas vítimas de violência. A primeira diz: “Agora nós teremos uma perspectiva de futuro”. A segunda partilha a mesma percepção: “Aqui encontrei uma razão para viver. Então aqui estou eu. Sem esperança, mas ainda esperançosa” (#ofuturoéfeminino, Ep. 3, 20 de março de 2019). Ao fim das entrevistas, em off, ouvimos a voz de Fernanda: “apesar de tudo que enfrentam, todas falaram com esperança sobre um futuro com estudo, trabalho e simplesmente a chance de viver uma vida normal, em segurança, sem serem perseguidas apenas pelo fato de serem mulheres” (#ofuturoéfeminino, Ep. 3, 20 de março de 2019).

Por sua vez, na capital, Islamabad, o que se apresenta como principal aspiração é a ocupação dos espaços públicos, já que, ainda que não exista uma proibição legal da presença de mulheres nas ruas, a sua exposição pública causa estranheza. Na série, conhecemos duas iniciativas que tentam quebrar essa barreira. Shadia Khatri organizou um movimento intitulado Girls at dhabas, em que jovens do país postam suas fotos em restaurantes de rua frequentados majoritariamente por homens. Aneeqa Ali, que foi atropelada de propósito por homens porque estava andando de bicicleta na rua, organiza passeios que reúnem mulheres ciclistas.

No episódio sobre o Brasil, sobretudo a partir da fala das três jornalistas que conduzem a série, entendemos que as mulheres aspiram mais representatividade política, igualdade salarial, maior equidade na distribuição do cuidado com casa e filhos para que possam dedicar mais tempo à carreira e o fim da violência de gênero, uma vez que somos o quinto país no ranking mundial de feminicídio. Quanto ao último aspecto, a série ressalta que as mulheres negras são as que mais sofrem com a violência de gênero. Gabriela Mansur, promotora de justiça do Estado de São Paulo, ao tratar da Lei Maria da Penha, nosso principal mecanismo legal de combate à violência, explica que “ainda falta muita estrutura para aplicação dessa lei, pra efetividade dessa lei” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019).

Para além da especificidade das demandas de cada país, a série imagina um futuro melhor estabelecendo duas aspirações como necessárias: a educação e o feminismo. Na Islândia, a educação como instrumento para a mudança de mentalidade de uma sociedade e para a quebra de padrões de gênero é discutida a partir do exemplo de uma rede particular de escolas em que meninas e meninos passam uma parte do tempo escolar separados trabalhando diferentes aspectos: meninos são estimulados a serem gentis e expressarem seus sentimentos, meninas são incentivadas a serem expansivas e fortes. Nesse sentido, o que é posicionado na série como modelo de educação a ser seguido pelos outros países ainda é pautado pelo binarismo de gênero, mesmo que tente problematizar os papéis atribuídos a cada um dos polos.

No Paquistão, vemos na parede do abrigo para vítimas de violência de gênero a seguinte frase escrita em inglês: “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” e Malala é celebrada enquanto ativista que luta para que mulheres paquistanesas possam estudar. No Brasil, o acesso à educação como âmbito de redução de desigualdade é discutido por meio da vivência de meninas indígenas que estavam concluindo o ensino fundamental.

Ao discutir a apropriação de agendas feministas pelo discurso neoliberal, Angela McRobbie (2004) traz à tona a importância de problematizar os termos a partir dos quais a educação é colocada como condição para um melhor futuro para as mulheres. Assim, por exemplo, em um contexto de celebração do sucesso individual, a educação é posicionada como promessa de recompensa econômica e as jovens como merecedoras de crédito e aptas a competir por oportunidades nas instituições de ensino e no mercado de trabalho como se vivessem em uma meritocracia.

No que diz respeito às contradições do lócus fraturado da diferença colonial, apontadas por Lugones (2019), a própria educação pode ser colonizadora. A série não oferece subsídios para avaliar o projeto de educação indígena, mas, ao ser questionada sobre quais dificuldades encontra relacionadas a gênero dentro da educação indígena, a educadora responsável, que era uma das coordenadoras da Associação Nacional de Ação Indigenista e integrante da Rede Gulmakai, formada pelo Fundo Malala, coloca num mesmo patamar características culturais das alunas e o não reconhecimento de direitos dos povos originários pelo Estado. Ana Paula Ferreira diz:

São os casamentos que são precoces, então a menina tem filho muito nova. Elas também são absorvidas para o mercado de trabalho. Às vezes o próprio marido prefere que a mulher não estude. Também tem uma coisa que é importante falar. Tem muitas terras na Bahia que não são demarcadas. Então são muitas áreas de ocupação que não têm escola. Então pra menina chegar na escola ela precisa andar 10 quilômetros, 20 quilômetros. É perigoso (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019).

O que, por sua vez, também tem relação com o perigo de identificar a prática feminista com a cultura ocidental, como discute Lazreg (2020). Tal posicionamento, alerta a autora, obriga as intelectuais do Terceiro Mundo a ou afirmar sua cultura contra o “feminismo”, visto como um sistema monolítico de pensamento e comportamento, ou colocar esse feminismo acima da cultura. Impasse que fica perceptível quando, por exemplo, Maikelle tenta demonstrar que o pai dela é tão importante para incentivá-la a estudar quanto um ícone feminista internacional.

O feminismo é posicionado como uma expectativa incontornável. A cineasta Sharmeen Obaid-Chinoy, que ganhou o Oscar duas vezes por documentários que abordam a situação da mulher no Paquistão, defende que “as mulheres devem se unir para serem mais fortes” (#ofuturoéfeminino, Ep. 4, 27 de março de 2019). No último episódio, as jornalistas afirmam que voltaram para o Brasil “com a certeza da importância da luta feminista” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019). Ao menos entre as mulheres que interagiram com a postagem da vinheta de divulgação da série disponível no Facebook, isso não é um ponto pacífico. A legenda afirma que “O feminismo é chave do processo de luta pela igualdade de gênero e tema principal da nova série documental #OfuturoÉFeminino, que estreia dia 06/03, às 23:30” (GNT, 2019) e convida as seguidoras a falarem o que deixaram de fazer por ser mulher. Contrariando a expectativa de problematizar a desigualdade de gênero a partir da experiência das seguidoras, em tom de piada, uma

parte das mulheres trouxe à tona ações convencionalmente associadas aos homens: “encher uma laje”, “capinar um quintal”, “serviço militar”, “trocar pneu”, “sovaco cabeludo”, “carregar saco de cimento”, “barba”.

Na série, diferentemente do que parece sugerir o raciocínio do Fórum Econômico Mundial, em que, a partir das estatísticas relativas a quatro pilares, seríamos capazes de prever quando a igualdade de gênero seria alcançada, a única coisa que é possível antecipar sobre o futuro é que ele será atravessado por muita luta. É interessante como se apresentam duas formas de lidar com o tempo a partir dessa constatação.

Por um lado, há um sentido de linearidade e progresso, aspectos relacionados à modernidade. Quando, em meio à marcha de mulheres na Avenida Paulista, surge na tela um cartaz com a frase “Vim pela minha filha que ainda nem existe”, Barbara diz que isso “faz lembrar da luta das mulheres que vieram antes da gente. Se a gente tá aqui hoje no 8 de março, lutando pelos nossos direitos, é porque muitas mulheres tiveram muitas conquistas antes da gente chegar aqui” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019). A percepção é reforçada em outro episódio pela pesquisadora Afyia Zia, que acredita que “o futuro será ainda melhor para as mulheres porque elas vão continuar lutando” (#ofuturoéfeminino, Ep. 4, 27 de março de 2019).

Por outro lado, Angela Davis traz à tona o fato de que a história e as articulações entre passado, presente e futuro não se configuram como uma linha progressiva. Ao constatar que continuamos as lutas por liberdade que existem desde a escravidão, ela relata que “Às vezes parece que estamos travando a mesma luta sem avançar, mas não sei se isso é motivo para desistir. Mesmo vendo a história se repetindo, eu aprendi a viver lutando. Não me imagino vivendo de outro jeito. Eu não gostaria de viver de outro jeito” (#ofuturoéfeminino, Ep. 5, 3 de abril de 2019). Da mesma forma, Marianna Traustadóttir, sindicalista apresentada como uma das responsáveis pela elaboração da lei de pagamentos iguais na Islândia, entende que “A luta pela igualdade nunca termina” (#ofuturoéfeminino, Ep. 1, 6 de março de 2019).

Considerações finais

Interpretar a afirmação, recorrente nas produções midiáticas, de que o futuro é feminino demanda uma problematização de quais horizontes são projetados como desejáveis, de qual futuro estamos falando e almejando, mas também uma reflexão sobre quais feminilidades estamos levando em conta. Este artigo buscou contribuir para esse debate ao analisar uma produção audiovisual a partir das proposições de pensadoras que têm um olhar crítico

para a colonialidade, o eurocentrismo e as múltiplas categorias de opressão, mas ele pode e deve ser aprofundado também a partir de uma investigação sobre como a discussão sobre o futuro tem sido colocada nas produções de teóricas feministas⁴.

Destaque da programação do GNT para o Mês da Mulher em 2019, a série documental *#ofuturoéfeminino* dialoga com diversos valores que o canal foi constituindo para si e para seu público ao longo da sua trajetória. A carreira como lugar de afirmação da autonomia e independência da mulher está presente de maneira mais velada e a inserção em um arranjo familiar que inclua filhos, algo trabalhado à exaustão na grade do GNT, tem presença pouco expressiva na série documental. Cosmopolitismo, atualidade e urbanidade, valores que atravessam a identidade do GNT desde o seu início, também se fazem presentes em *#ofuturoéfeminino*, interferindo no modo como a produção se relaciona com valores mais recentes: a diversidade e o ativismo.

Nesse sentido, a pluralidade entre as mulheres se restringe ao aspecto geográfico, com as distinções entre os três países e o que há de particular em estar em centros urbanos dentro deles. Inúmeros aspectos que constituem o que é ser mulher, a exemplo da idade, classe, sexualidade, forma física, cis ou transgeneridade, não são problematizados na série. E a tentativa de abordar raça/etnia ao apresentar a realidade do Brasil se mostra pouco aprofundada. Isso tem consequências para os desejos de futuro que são apresentados, uma vez que uma ação em direção a uma sociedade onde todo mundo possa viver melhor depende de uma compreensão da complexa relação dos gêneros com outras categorias de opressão (Azerêdo, 1994).

Como discute Sueli Carneiro (2019), uma luta feminista baseada em propostas universalistas se mostra frágil e insuficiente. As demandas relacionadas ao trabalho, que têm destaque na série, ganham outros contornos quando temos em conta que as mulheres negras que conseguem investir na educação “se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho” (Carneiro, 2019, p. 277) e precisam ter mais anos de estudo para alcançarem os padrões salariais de mulheres brancas.

Assim, se convocada a partir da noção de uma irmã universal, adverte Carla Akotirene, “a sororidade dá a falsa impressão de existir empatia e homogeneidade de posicionamento terceiro mundista, africano e estadunidense contra o colonialismo moderno” (Akotirene, 2018, p. 72).

⁴ A análise presente no texto “Quem vai salvar o mundo? Mulheres e futuro em *Mad Max: Fury Road*” avança um pouco nesse sentido (Chamusca, 2025).

De modo que, na disputa por configurações de futuro, imaginar uma vida melhor para as mulheres implica ir além da opressão de gênero, pois, como argumenta Lugones (2019), até mesmo o próprio gênero funciona como uma imposição aos que habitam o lócus fraturado da diferença colonial.

Configurar horizontes a partir de uma ética da possibilidade, nesse cenário, está mais próximo do que Shadia Khatri, uma das mulheres entrevistadas na série, entende por feminismo: “Feminismo é reimaginar o mundo. Não estou interessada em igualdade. Elevar as mulheres ao patamar dos homens não é bom. Homens não estão num bom lugar” (#ofuturoéfeminino, 2019). Ou seja, envolve ir além de uma prática feminista ocidental, ainda pautada pelos binarismos de gêneros e pouco receptiva a formas não modernas de organização da vida.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 125-147, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbc soc/a/KfLgr3SjfMs7FHpFmTjGz9M/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2023.

APPADURAI, Arjun. **The future as cultural fact: essays on the global condition.** London: Verso, 2013.

AZERÉDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Número especial, p. 203-216, 2º semestre/1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16103>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BONA, Dénètem Touam. **Cosmopoéticas do refúgio.** Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do movimento negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-289.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **Ecompós**, Brasília, v. 24, p. 1-22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.2198>. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 1 maio 2023.

CHAMUSCA, Tess. **O GNT faz seu gênero?** Uma abordagem cultural da marca televisiva. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2023.

CHAMUSCA, Tess. Quem vai salvar o mundo? Mulheres e futuro em Mad Max: Fury Road. In: ALVES, Eliza; CHAMUSCA, Tess. (org.). **Ensaioando corpos:** fragmentação, resistência e imaginação. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2025. p. 87-110.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DIAS, Marlon Santa Maria; MACHADO, Alisson. “Queimem a bruxa”: operações midiáticas na cruzada moral contra a “ideologia de gênero” no Brasil. **ECompos**, Brasília, v. 25, p. 1-20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.2551>. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2551>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GLOBO. **O FUTURO É FEMININO**. Canais Globo, 2019. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/gnt/ofuturoefeminino/t/KMwFqbbsgX/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

GN. **A luta feminista no Paquistão** | #OFuturoÉFeminino. [S. l.], 18 ago. 2021. Facebook: GNT. Disponível em: <https://www.facebook.com/gnt/videos/232841168723428/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

GN. **#OFuturoÉFeminino**. [S. l.], 26 fev. 2019. Facebook: GNT. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=292547844750177>. Acesso em: 9 mar. 2023.

GOMES, Itania M. M. **Comunicação audiovisual em transição II**: o futuro como potência de transformação cultural. 2019. Projeto de Pesquisa – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

LAZREG, Marnia. Decolonizando o feminismo (mulheres argelinas em questão). In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEAL, Bruno Souza. **Figuras do futuro e acontecimento jornalístico em narrativas midiáticas**: temporalidades em tensão. 2018. Projeto de Pesquisa – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LEAL, Bruno Souza. Futuros em disputa, hoje. In: PRADO, Denise Figueiredo Barros do; TAVARES, Frederico de Mello Brandão; TAVARES, Michele da Silva. **Mídia, tempo e interações sociais**: conceitos em circulação. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020. (Olhares Transversais, v. 1). p. 99-114.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

LUGONES, María. Colonialidade de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MCROBBIE, Angela. Post-feminism and popular culture. **Feminist Media Studies**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 255-264, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/1468077042000309937>. Disponível em: <https://paas.org.pl/wp-content/uploads/2016/08/McRobbie-postfeminism.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (org.) **História da televisão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 109-135.

SARMENTO, Rayza. Popularização do feminismo, neoliberalismo e discursos midiáticos. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 166-183, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2022.v16.34413>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/34413>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.